



# COMPANHIA PAULISTA DE OBRAS E SERVIÇOS - CPOS

CNPJ/MF 67.102.020/0001-44

COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2018

A Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS, sociedade anônima de capital fechado, regida pelo seu Estatuto Social e pela Lei Federal nº 6.404/76 e alterações, criada pela Lei Estadual nº 7.394, de 08/07/1991, sucessora do Departamento de Edifícios e Obras Públicas - DOP, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - Jucesp em 25/10/1991, tem como principais acionistas o Governo do Estado de São Paulo e a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp e como missão **viabilização de empreendimentos do Governo do Estado para benefício da sociedade paulista**. Com sede própria na Vila Mariana, em São Paulo/SP, vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão até a publicação do Decreto nº 64.059, de 01/01/2019, cuja vinculação foi transferida para a Secretaria de Governo, é uma empresa de economia mista de direito privado e financeiramente não dependente do Governo do Estado de São Paulo, que presta serviços especializados de engenharia e arquitetura aos órgãos da administração pública direta e indireta do Governo do Estado de São Paulo, dos Governos Federal e Municipal, **primando por uma relação de respeito, confiança e credibilidade com clientes, colaboradores e cidadãos**. As suas atividades são desenvolvidas com **Eficiência**: atividades que geram resultados e confiança, **Agilidade**: atendimento das solicitações dos clientes com presteza, e, **Autenticidade**: relacionamento transparente com colaboradores, governo e sociedade, fundamentadas na **Política da Qualidade** da Companhia: "Viabilizar empreendimentos públicos com qualidade em nível de excelência, atendendo aos requisitos legais, estatutários e regulamentares aplicáveis, visando à melhoria contínua de seus processos e aperfeiçoamento de seus colaboradores com foco na satisfação de seus clientes e partes interessadas". É importante destacar que a CPOS em 2018 passou por auditoria de Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, atendendo aos requisitos da ABNT NBR ISO 9001:2015, sendo certificada pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini. O certificado emitido é válido até 27/10/2021, cujo escopo abrange a elaboração e gerenciamento de projetos de arquitetura e engenharia, boletim referencial de custos e orçamentos de obras de construção civil, gerenciamento e fiscalização de obras públicas de construção civil, avaliação de imóveis urbanos e rurais, de propriedade ou de interesse do Estado, gestão territorial de áreas públicas ou áreas de interesse de órgãos públicos, gestão predial e condomínios públicos e fiscalização de convênios de obras e serviços públicos. Além desses serviços certificados, a CPOS atua, também, nos serviços de licenciamento ambiental e apoio técnico a licitações.

### PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Em 2018 foram elaboradas **propostas** para 184 empreendimentos, no montante aproximado de **R\$290.600 mil**, com percentual de êxito em torno de 38%, gerando 69 **contratos**, que somam, aproximadamente, **R\$110.900 mil**, com os clientes, empreendimentos e serviços relacionados abaixo: **Secretaria da Fazenda (atual Secretaria da Fazenda e Planejamento)** – Elaboração de projeto executivo e material licitatório da obra de adequação das rotas de fuga do edifício Palácio Clóvis Ribeiro e prédio Anexo-Ambulatório, localizados na Avenida Rangel Pestana, nº 300, Centro/Sé, São Paulo/SP; Elaboração de laudo estrutural, projeto de reforço estrutural e projetos executivos para nova cobertura do edifício sede da Unidade Regional do ABCD, localizado na Av. Francisco Prestes Maia, nº 799, São Bernardo do Campo/SP; Prestação de serviços técnicos especializados voltados ao estudo fundiário do imóvel localizado à Praça do Carmo, esquina com a Rua Dr. Campos Sales, 408 - Santo André/SP; Elaboração de projeto executivo para reforma e recuperação da cobertura e fachadas da Unidade Regional CR-04, em Campinas/SP. **Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM** - Elaboração de projeto para aprovação no Corpo de Bombeiros, visando a adaptação do Pátio Presidente Altino da CPTM, localizado na Rua General Manoel de Azambuja Brilhante, município de Osasco/SP; Elaboração dos projetos básicos e executivos visando a regularização edilícia e adequação do acesso e passarela da Estação Carapicuíba da CPTM. **Secretaria de Administração Penitenciária - SAP** - Elaboração de projeto para construção da Unidade Prisional em Riversul; Gerenciamento da conclusão das obras de construção do Centro de Detenção Provisória de Caiuá, localizado na Estrada Vicinal de Acesso, km-1, na altura do km 634+240m, da Rodovia Raposo Tavares, SP-270, Caiuá - São Paulo; Gerenciamento da conclusão das obras de construção do Centro de Detenção Provisória de Paulo de Faria, localizado na Rodovia Armando Salles de Oliveira, km 528+950m, SP 322, Paulo de Faria - São Paulo; Gerenciamento da conclusão das obras de construção do Centro de Detenção Provisória de Santa Cruz da Conceição, localizado no município de Santa Cruz da Conceição/SP; Gerenciamento da conclusão das obras de construção do Centro de Detenção Provisória de Lavinia, localizado no município de Lavinia/SP; Gerenciamento da conclusão das obras de construção do Centro de Detenção Provisória I e II de Gália, localizado no município de Gália/SP; Gerenciamento da conclusão das obras de construção do Centro de Detenção Provisória de Nova Independência, localizado no município de Nova Independência/SP; Gerenciamento da conclusão das obras de construção do Centro de Detenção Provisória I e II de Pacaembu, localizado no município de Pacaembu/SP; Gerenciamento da conclusão das obras de construção do Centro de Detenção Provisória de Álvaro de Carvalho, localizado no município de Álvaro de Carvalho/SP; Gerenciamento da conclusão das obras de construção do Centro de Detenção Provisória de Registro, localizado no município de Registro/SP; Gerenciamento da conclusão das obras de construção do Centro de Detenção Provisória de Aguiá, localizado no município de Aguiá/SP; Gerenciamento da conclusão das obras e serviços de construção da Penitenciária Feminina de São Vicente, localizado no município de São Vicente/SP. **Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania (atual Secretaria da Justiça e Cidadania)** - Elaboração do projeto básico de implantação e adequação do projeto executivo do Fórum Padrão LAF módulo básico para a construção do Fórum de Ipaussú. **Secretaria de Governo** - Diagnóstico dominial, execução das ações de regularização dominial e suporte técnico na análise, lançamento e atualização de informações no Sistema de Gerenciamento de Imóveis - SGI de 900 imóveis. **Centro Paula Souza - CPS** - Elaboração do projeto executivo para a reforma e ampliação da ETEC de Presidente Prudente/SP; Elaboração de projeto executivo e projetos legais visando a regularização da ETEC Fernando Febeliano da Costa, localizada na Rua Monsenhor Manoel Francisco Rosa, 433, no Centro de Piracicaba/SP; Elaboração de

laudo técnico da segurança da estrutura e laudo técnico das instalações elétricas da Etec Dona Escolástica Rosa, localizada na Av. Bartolomeu de Gusmão, nº 11, Santos/SP. **Prefeitura Municipal de São Vicente** - Elaboração de projeto básico e executivos para reforma do hospital municipal de São Vicente e Pronto Socorro. **Instituto de Botânica** - Levantamento, análise e elaboração de Termo de Referência para contratação da atualização do projeto de saneamento do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga em São Paulo/SP. **Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - FUSSESP (atual Fundo Social de São Paulo - FUSSP)** - Elaboração de projeto para aprovação no Corpo de Bombeiros e na Coordenadoria de Atividades Especiais e Segurança de Uso - SEGUR (Divisão Técnica de Adaptação à Acessibilidade) da Casa de Solidariedade I; Elaboração de projeto para aprovação no Corpo de Bombeiros e na Coordenadoria de Atividades Especiais e Segurança de Uso - SEGUR (Divisão Técnica de Adaptação à Acessibilidade) da Casa de Solidariedade II. **Centro Integrado de Apoio Patrimonial - CIAP da Polícia Militar do Estado de São Paulo** - Gerenciamento da obra de conclusão da reforma da sede do 25º BPM/I, situada na Avenida Alcides Chacon Couto, nº 502 - Metrópole - Dracena/SP; Elaboração de laudo técnico de avaliação do valor de mercado de imóvel, localizado à Rua Vilela, 304 - Tatuapé, município de São Paulo/SP. **Coordenadoria de Defesa Agropecuária - CDA** - Gerenciamento e fiscalização da reforma de construção do prédio da sede da Coordenadoria de Defesa Agropecuária, edifício nº 03 da CATI, localizado na Avenida Brasil nº 2.340, Jardim Chapadão, Campinas/SP. **Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude (atual Secretaria de Esportes)** - Gerenciamento da 2ª etapa da conclusão das obras de restauro, reforma, adaptação e acessibilidade do Conjunto Desportivo Baby Barioni, para implantação do Centro de Treinamento Paralímpico. **Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos - EMTU** - Planejamento, pesquisas de campo e identificação de uso de imóveis, pesquisas em prefeituras, pesquisas em cartórios, elaboração de relatórios fundiários, avaliação imobiliária, apoio e acompanhamento técnico e jurídico; Gestão de *facilities* e contratação dos serviços terceirizados, pela CPOS, nas unidades, localidades e terminais da EMTU. **Prefeitura Municipal de Aguiá** - Regularização fundiária, urbanística e edilícia do conjunto habitacional José Lopes da Silva Filho no Município de Aguiá; Elaboração de laudo técnico de avaliação de uma área de 180 mil metros quadrados, localizada nos limites do Distrito Industrial II no município de Aguiá/SP. **Secretaria do Meio Ambiente (atual Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - SMA)** - Elaboração de projetos para regularização e adequação estrutural, contemplando projeto básico e projeto executivo de reforma, adaptação e ampliação de uma edificação para a instalação de um Centro de Triagem para Animais Silvestres em Registro/SP. **Secretaria da Habitação** - Prestação de serviços técnicos especializados para análise de documentos oficiais, elaboração de estudos de planejamento territorial e ações necessárias para o desenvolvimento deste fim, execução de melhoramentos ligados aos planos de desenvolvimento regional, consultoria, assessoria técnica, suporte técnico, logístico e operacional visando atender ao Programa Estadual de Regularização de Núcleos Habitacionais - CIDADE LEGAL, o Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais - GRAPROHAB, a Agência Paulista de Habitação Social - CASA PAULISTA, Coordenadoria de Planejamento Habitacional - CPH e demais ações vinculadas à Secretaria de Habitação do Governo do Estado de São Paulo. **Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo - IPEM-SP** - Prestação de serviços de gestão de *facilities* para os edifícios localizados nas Ruas Santa Cruz, 1922 - Vila Guemercindo e Muriaé, 154 - Alto do Ipiranga, município de São Paulo/SP; Elaboração de projetos de regularização edilícia de arquitetura, elétrica, hidráulica e recuperação estrutural, aprovação junto a Prefeitura e contemplando também a elaboração de memoriais descritivos, planilhas de preços, minuta de edital. **Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSEP** - Elaboração de projetos/layout, e assessoria nos procedimentos licitatórios, para regularização edilícia (Fase II) do novo edifício sede da ARSEP; Elaboração de laudo técnico de avaliação do valor de locação do imóvel, localizado na Avenida Paulista, 2.313, do 1º ao 4º andar, Bela Vista, São Paulo/SP. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - ALESP** - Elaboração de projetos para mudança da TV Alesp para o 3º pavimento do Palácio 9 de Julho, localizado na Av. Pedro Álvares Cabral, nº 201, São Paulo/SP. **Secretaria da Casa Civil - Subsecretaria de Articulação com Municípios (atual Subsecretaria de Convênios com Municípios e Entidades não Governamentais)** - Apoio técnico para formalização, acompanhamento e encerramento dos convênios firmados pela Secretaria de Planejamento e Gestão, por meio da Unidade de Planejamento, Controle e Avaliação - UPCA. **Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência** - Elaboração de projeto de proteção contra descargas atmosféricas para as quadras, orçamento, apoio técnico na licitação e gerenciamento da obra de reforma da cobertura da Estação Especial da Lapa, localizada na Rua Guaicurus, 1.274, Lapa, São Paulo/SP. **Secretaria da Saúde** - Elaboração de projetos para regularização edilícia e reforma do Hospital Centrinho Bauru, localizado no município de Bauru/SP. **Secretaria de Planejamento e Gestão (atual Secretaria de Desenvolvimento Regional)** - Prestação de serviços de gestão de *facilities* nos Edifícios CIADADE I, II e IV. **Elaboração de laudos técnicos de avaliação de valor de mercado de imóveis para os clientes**: Companhia Energética de São Paulo - CESP; Desenvolvimento Rodoviário - DERSA; Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ; Secretaria Municipal de Gestão - SMG; Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU; Empresa Metropolitana de Águas e Energia - EMAE; Tribunal de Justiça de São Paulo; Prefeitura Municipal de Rosana; Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (atual Secretaria de Desenvolvimento Econômico); Fundação de Apoio à Pesquisa Agrícola - FUNDAG; Delegacia Seccional de Bauru; Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP. Os contratos de prestação de serviços assinados em 2018, acrescidos àqueles já firmados em anos anteriores e ainda em execução, cujos serviços foram medidos e faturados de janeiro a dezembro de 2018, geraram uma **receita de R\$59.818 mil**. Ao longo de 2018, no panorama nacional, as expectativas de crescimento foram sendo gradativamente reduzidas, com a economia mostrando um ritmo mais fraco do que o esperado, sobretudo, pela incerteza com o futuro político do país. A greve dos caminhoneiros também contribuiu para

a piora da previsão de crescimento da economia. No âmbito estadual, devido à eleição, a formalização de contratos e convênios ficou, em muitos casos, prejudicada. No contexto da CPOS, este cenário e a ausência de Certidão Negativa de Débitos - CND relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de outubro/2017 a abril/2018, contribuíram para a desaceleração dos projetos em negociação, resultando em significativos, prejuízo contábil e déficit financeiro. A mencionada ausência de CND tratava-se de pendência junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN relacionada a Cofins sobre os valores de repasse a empreiteiras, de janeiro de 1992 a janeiro de 1995, que esteve em esfera administrativa, no âmbito da Receita Federal, até o 1º semestre de 2017, quando passou à competência da PGFN para cobrança, cuja execução foi distribuída em 23 de janeiro de 2018 à 3ª Vara de Execução Fiscal Federal. A atual Diretoria da CPOS assumiu a administração da Companhia em 11 de janeiro de 2019 com a missão de reformatar e revitalizar os objetivos da Companhia, avaliando os aspectos jurídicos, estruturais, de governança, a viabilidade econômico-financeira dos seus negócios, com o propósito de promover a redução do custo operacional da máquina pública e aumentar a eficiência da gestão estadual. Ressaltamos que não há fato concreto que possa impedir a continuidade das atividades da empresa. Entretanto, é importante destacar que o Governo encaminhou o Projeto de Lei nº 01/2019 à Assembleia Legislativa, que dispõe sobre a inclusão no Programa Estadual de Desestatização (previsto pela Lei nº 9.361, de 05/07/1996) de 6 empresas estatais, dentre elas a CPOS. O referido projeto visa autorizar o poder executivo a alienar ações de propriedade do Estado representativas do capital social dessas Estatais, ou deliberar sobre sua transformação, fusão, cisão, incorporação ou extinção, autorizando sua inclusão no PED, o que será feito por ato do executivo (decreto).

### GOVERNANÇA CORPORATIVA

Governança Corporativa é um tema multifacetado, principalmente pela natureza e pela extensão da responsabilidade de indivíduos específicos na organização. Um dos impactos de um sistema de Governança Corporativa é na eficiência econômica, com ênfase no bem-estar dos acionistas. Em sua essência, a Governança Corporativa tem como principal objetivo recuperar e garantir a confiabilidade de uma determinada empresa para os seus acionistas, criando um conjunto eficiente de mecanismos, tanto de incentivos como de monitoramento, a fim de assegurar que o comportamento dos executivos esteja sempre alinhado com o interesse dos acionistas. **Instância interna de Governança**: Diretoria Colegiada, Conselho de Administração e Conselho Fiscal; **Instância interna de apoio à Governança**: Assessoria Jurídica, Auditoria Interna, Comitê de Ética e Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento; **Instância externa de apoio à Governança Independente**: Auditoria Externa - Loudon Blomquist - Auditores Independentes, Auditoria da Fazenda, Tribunal de Contas - TCE/SP, Ministério Público, Corregedoria Geral e Assembleia Legislativa; **Instância externa de apoio à Governança ligada ao Poder Executivo Estadual**: Secretaria da Fazenda - SEFAZ, Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - Codec.

**GESTÃO DE RISCOS** - A gestão de riscos corporativos consiste em uma atividade estratégica que tem por objetivo minimizar os riscos, falhas, perdas e incertezas do negócio por meio de um processo contínuo de planejamento, organização e controle dos recursos humanos e materiais de uma organização. É importante destacar que cada organização deve definir o modelo de análise de riscos de acordo com o contexto do seu tipo de negócio. Nesse sentido, em 2018, a empresa Crossover Gestão Empresarial Ltda. foi contratada para prestar serviços de consultoria e mentoria aos colaboradores da CPOS visando o desenvolvimento do Programa de Gestão de Riscos Corporativos.

**CÓDIGO DE CONDUTA E INTEGRIDADE** - Em agosto/2018 a CPOS elaborou, aprovou e implementou o seu Código de Conduta e Integridade definindo os princípios e valores éticos da Companhia, o conjunto de condutas esperadas e proibidas na condução dos negócios e no relacionamento com o público interno e externo, abordando temas como ética, integridade, conformidade, transparência, responsabilidade social e ambiental, combate à corrupção, bem como, a criação do **COMITÊ DE ÉTICA**, cujos membros são responsáveis por receber denúncias, investigar, avaliar e julgar as violações ao Código de Conduta e Integridade, que se aplica aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento e aos membros das Diretorias, aos acionistas, colaboradores, estagiários, aprendizes, clientes, fornecedores, prestadores de serviços e parceiros, constituindo um compromisso individual e coletivo cumprido em todas as ações da Companhia. Importante ressaltar, também, que o **REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - RILC** da CPOS estabelece que as empresas contratadas deverão ser certificadas a conhecer o Código de Conduta e Integridade da Companhia.

### TRANSPARÊNCIA

**POLÍTICA DE DIVIDENDOS** - A distribuição de dividendos ocorrerá após a absorção integral de eventual saldo de prejuízos acumulado e, nos termos do Estatuto Social, as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente à 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei. Os dividendos poderão ser pagos sob a forma de juros sobre o capital próprio. Na Assembleia Geral Ordinária de acionistas, até 30 de abril de cada ano, entre outras matérias, os acionistas poderão decidir a respeito da proposta do Conselho de Administração de distribuição dos dividendos anuais referentes ao exercício anterior.

**FATORES DE RISCO** - A CPOS identificou que seu principal risco de negócio é a redução de investimentos do Governo do Estado de São Paulo em decorrência da crise econômica e da redução de investimentos em infraestrutura.

**RECURSOS PARA FINANCIAMENTO DAS OPERAÇÕES** - As operações da Companhia são custeadas integralmente pela geração de caixa operacional próprio, não havendo recebimento de verba pública nem financiamento privado para a execução de suas atividades.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em cumprimento à legislação aplicável: artigo 8º da Lei nº 13.303, de 30/06/2016; artigo 9º do Decreto 62.349, de 26/12/2016 e artigo 49 do Estatuto Social, os administradores da CPOS subscrevem o Relatório de Administração - 2018. São Paulo, 07 de março de 2019 - Diretores e 12 de março de 2019 - Conselheiros de Administração.

### Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

Ativo	Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)			Passivo e Patrimônio Líquido	Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)		
	NE	2018	2017		NE	2018	2017
<b>Circulante</b>		<b>66.883</b>	<b>68.791</b>	<b>Circulante</b>		<b>31.153</b>	<b>34.268</b>
Caixa e bancos		2.804	3.553	Fornecedores		10.215	6.922
Aplicações financeiras	3b	26.244	30.712	Cauções e retenções contratuais		28	24
Clientes		11.702	13.733	Encargos sociais		941	908
Serviços em andamento		1.088	1.898	Provisão para férias		3.662	3.104
Créditos a receber	4	8.353	0	Obrigações tributárias		4.756	3.125
Outros créditos	5	6.996	7.252	Contas a pagar		232	2.604
Estoques		131	155	Provisão para contingências	13	1.340	6.377
Despesas antecipadas		173	315	Contas correntes		587	31
Gestão predial e convênio	6	9.392	11.173	Gestão predial e convênio	6	9.392	11.173
<b>Não-circulante</b>		<b>41.389</b>	<b>50.405</b>	<b>Não-circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>20.383</b>	<b>28.899</b>	<b>Exigível a longo prazo</b>		<b>10.098</b>	<b>5.336</b>
Outros créditos	7	1.342	2.958	Provisão para contingências	13	5.665	1.175
Clientes	3c e 8	15.236	15.027	Obrigações a pagar		4.330	4.058
(-) Provisão para perdas	8	-13.556	-6.506	Contas correntes		103	103
Depósitos judiciais		1.608	1.667	<b>Patrimônio líquido</b>		<b>67.021</b>	<b>79.592</b>
Imóveis destinados a venda		15.753	15.753	Capital social	15	88.645	88.645
<b>Investimento</b>		<b>6.915</b>	<b>6.915</b>	Reservas de capital	16	11.638	11.638
Propriedade para investimento		1.987	1.987	Ajuste de avaliação patrimonial	17	9.914	9.969
Outros investimentos		4.928	4.928	Prejuízos acumulados	3a e 18	-43.176	-30.660
<b>Imobilizado</b>	<b>3d e 11</b>	<b>13.867</b>	<b>14.282</b>				
Intangível	12	224	309				
<b>Total</b>		<b>108.272</b>	<b>119.196</b>	<b>Total</b>		<b>108.272</b>	<b>119.196</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.







# COMPANHIA PAULISTA DE OBRAS E SERVIÇOS - CPOS

CNPJ/MF 67.102.020/0001-44

COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO



## Demonstração de Resultados (NE 3a) - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

	NE	2018	2017
<b>Receita Operacional Bruta</b>			
Receita de prestação de serviços.....		59.818	61.237
Ajuste da Receita Bruta - CPC 47.....	4	5.941	-
<b>Deduções da Receita Operacional</b>			
Impostos e contribuições incidentes sobre serviços.....		-8.451	-8.560
<b>Receita Operacional Líquida</b>		<b>57.308</b>	<b>52.677</b>
<b>Custos dos Serviços Prestados</b> .....		<b>-47.753</b>	<b>-40.040</b>
<b>Lucro (Prejuízo) Bruto</b> .....		<b>9.555</b>	<b>12.637</b>
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>			
Administrativas e gerais.....		-17.927	-16.376
Contingências judiciais.....		-231	762
Despesas tributárias.....		-14	-63
Outras receitas e despesas.....	19	-6.669	3.432
		-24.841	-12.245
Resultado de imóveis destinados a venda e investimentos.....		-939	-317
<b>Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras</b> .....		<b>-16.225</b>	<b>75</b>
<b>Receitas (Despesas) Financeiras</b>			
Despesas financeiras.....		-101	-69
Receitas financeiras.....		3.172	3.277
		3.071	3.208
<b>Lucro (Prejuízo) antes da Tributação</b> .....		<b>-13.154</b>	<b>3.283</b>
<b>Provisão IRPJ e CSLL</b> .....	14	0	-767
<b>Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício</b> .....	18	<b>-13.154</b>	<b>2.516</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

## Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Direto (NE 20) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

	2018	2017
<b>Fluxos de caixa originados de:</b>		
<b>Atividades operacionais</b>		
Recebimento de clientes.....	59.361	54.362
Pagamento de fornecedores.....	-24.988	-19.070
Pagamento de salários, encargos e benefícios.....	-40.784	-38.323
Pagamento de tributos, contribuições e taxas.....	-6.988	-7.001
Pagamentos de contingências.....	-689	-164
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos.....	9.174	10.287
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b> .....	<b>-4.914</b>	<b>91</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Compras de imobilizado.....	-303	-72
Recebimentos pela venda de imóveis para venda.....	0	0
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento</b> .....	<b>-303</b>	<b>-72</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Integralização de capital.....	0	0
Pagamentos de lucros e dividendos.....	0	0
Juros recebidos de empréstimos.....	0	0
Juros pagos por empréstimos.....	0	0
Empréstimos tomados.....	0	0
Pagamentos de empréstimos/debêntures.....	0	0
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento</b> .....	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b> .....	<b>-5.217</b>	<b>19</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período.....	34.265	34.246
Caixa e equivalentes de caixa no final do período.....	29.048	34.265

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

### 1. Contexto Operacional

A Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS, sociedade anônima de direito privado e de capital fechado, com sede na Rua Tangará nº 70 - Vila Mariana - São Paulo/SP - Brasil, inscrita no CNPJ sob o nº 67.102.020/0001-44, teve seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - Jucesp sob o nº 35.300.132.343 em 25 de outubro de 1991. Empresa de economia mista parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Governo, constituída em 8 de outubro de 1991, em decorrência de sua lei de criação nº 7.394, de 8 de julho de 1991, tem como objetivo principal administrar, planejar, projetar, construir, reformar, conservar e ampliar edifícios de propriedade do Estado de São Paulo. Seus principais clientes são Órgãos e Entidades do Governo do Estado de São Paulo e os principais fornecedores, empresas de prestação de serviços.

### 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, observadas as mudanças de práticas contábeis adotadas no Brasil, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07, 11.941/09 e 12.973/14, e as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Gerais - NBC TG, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, especialmente a NBC TG 26 (R5) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e a NBC TG 47 - Receita de Contrato com o Cliente. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração da empresa para sua gestão, em conformidade com a Orientação Técnica OCP 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, divulgada em 11 de novembro de 2014. Em razão das características operacionais, não são aplicáveis Ajustes ao Valor Presente - NBC TG 12.

### 2.1 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da "CPOS" e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações contábeis apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

#### a. Apuração do resultado

As receitas e despesas estão contabilizadas de acordo com o regime de competência para apuração do resultado líquido do exercício e, para a apuração do resultado abrangente total, foram reconhecidos os componentes de outros resultados abrangentes: Ajustes de avaliação patrimonial e Ajuste de exercícios anteriores.

#### b. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão registradas pelo custo acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

#### c. Créditos a receber

Os créditos a receber do grupo de Realizável a Longo Prazo, na conta de "Clientes" estão atualizados com base na variação da UFESP até 31 de dezembro de 2000.

#### d. Imobilizado

Com exceção das contas de terrenos e edificações, cujos bens estão registrados pelo valor justo, em conformidade com a NBC TG 27 (R4) - Ativo Imobilizado, o imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxa que contempla a vida útil econômica dos bens, descrita na Nota 11 - Imobilizado.

## Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Demonstração do Resultado Abrangente
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b> .....	<b>88.645</b>	<b>11.638</b>	<b>-33.231</b>	<b>10.024</b>	<b>77.076</b>	-
Transferência depreciação - Ajuste de avaliação do imobilizado.....	-	-	55	-55	-	-
<b>Outros Resultados Abrangentes</b> .....	-	-	<b>55</b>	<b>-55</b>	-	-
Lucro líquido do exercício.....	-	-	2.516	-	2.516	2.516
<b>Resultado Abrangente do Período</b> .....	-	-	-	-	-	<b>2.516</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b> .....	<b>88.645</b>	<b>11.638</b>	<b>-30.660</b>	<b>9.969</b>	<b>79.592</b>	-
Transferência depreciação - Ajuste de avaliação do imobilizado.....	-	-	55	-55	-	-
Ajuste de exercícios anteriores.....	-	-	583	-	583	583
<b>Outros Resultados Abrangentes</b> .....	-	-	<b>638</b>	<b>-55</b>	<b>583</b>	-
Prejuízo do exercício.....	-	-	-13.154	-	-13.154	-13.154
Resultado Abrangente do Período.....	-	-	-	-	-	-12.571
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b> .....	<b>88.645</b>	<b>11.638</b>	<b>-43.176</b>	<b>9.914</b>	<b>67.021</b>	-

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis (NE 15) (NE 16) (NE 3a, 18) (NE 17)

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b> .....	<b>88.645</b>	<b>11.638</b>	<b>10.024</b>	<b>-33.231</b>	<b>77.076</b>
Transferência depreciação - Ajuste de avaliação do imobilizado.....	-	-	-55	55	0
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	2.516	2.516
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b> .....	<b>88.645</b>	<b>11.638</b>	<b>9.969</b>	<b>-30.660</b>	<b>79.592</b>
Transferência depreciação - Ajuste de avaliação do imobilizado.....	-	-	-55	55	0
Ajuste de exercícios anteriores.....	-	-	-	583	583
Prejuízo do exercício.....	-	-	-	-13.154	-13.154
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b> .....	<b>88.645</b>	<b>11.638</b>	<b>9.914</b>	<b>-43.176</b>	<b>67.021</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis (NE 15) (NE 16) (NE 17) (NE 3a e 18)

### 4. Circulante - Créditos a receber

Nos termos do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2018, foram reconhecidas receitas de prestação de serviço incorridas desde 2013 até 2018, porém não faturadas até 31/12/2018. As receitas líquidas de 2018 no montante de R\$ 5.941 mil estão reconhecidas no DRE de 2018 (Ajuste da Receita Bruta - CPC 47) e as receitas líquidas de 2013 a 2017 no montante de R\$ 2.140 mil estão reconhecidas em exercícios anteriores, lançadas na conta de Prejuízos Acumulados. Foram reconhecidos, também, os reembolsos de despesa de 2018 no valor de R\$ 272 mil, lançado em outras receitas.

### 5. Circulante - Outros Créditos

Esse grupo de contas contempla o seguinte: R\$ 5.332 mil relativo a impostos a recuperar no âmbito da Receita Federal do Brasil; R\$ 163 mil relativo a ISS a ser recuperado junto à Prefeitura Municipal de São Paulo; R\$ 1.343 mil referente tributos de receita a ser faturada; e, R\$ 158 mil relativo a outros créditos.

### 6. Circulante - Gestão Predial e Convênio

Nessa rubrica estão contemplados os valores relacionados aos contratos de gestão predial firmados pela CPOS: Secretaria de Planejamento e Gestão - Edifício Sede, Edifícios CIDADE I, II e IV; Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo - EMTU/SP e Edifício Canadá; e, Casa Civil - Edifício Esplanada em Brasília/DF. Contempla, ainda, os valores relacionados ao Convênio nº 209/2017, firmado com a empresa Dersa - Desenvolvimento Rodoviário S/A, que tem por objetivo o apoio às ações sociais, remoção e o reassentamento das famílias vulneráveis abrangidas pelas obras do empreendimento Rodoanel Mario Covas - Trecho Norte, executado pela Dersa.

### 7. Realizável a Longo Prazo - Outros Créditos

Esse grupo de contas contempla o seguinte: R\$ 445 mil referente ao ressarcimento de pessoal cedido pela CPOS para outros Órgãos; R\$ 492 mil referente a valor a receber por precatório; R\$ 81 mil referente a aluguéis a receber; R\$ 129 mil referente despesas antecipadas; e, R\$ 195 mil referente a outros créditos.

### 8. Realizável a Longo Prazo - Clientes e Provisão para Perdas

Os valores a receber da conta "Clientes" se referem a créditos decorrentes de contratos em que a CPOS prestou serviços cujas cobranças não foram pagas ou foram pagas com atraso por nossos clientes, que são Órgãos da Administração Direta e Indireta do Governo do Estado de São Paulo. Esses créditos, em sua maioria, pendentes há mais de 20 anos, estão constituídos de:

- 8.1 - Principal vencido entre 1992 e 31 de dezembro de 2000, mais;
- 8.2 - Correção Monetária, do principal mencionado no item 8.1, calculada até 31 de dezembro de 2000, mais;
- 8.3 - Correção Monetária, calculada de 1992 até 31 de dezembro de 2000, de valores recebidos com atraso nesse período, mais;
- 8.4 - Principal vencido entre 1º de janeiro de 2001 e 31 de dezembro de 2017.

A provisão para Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD, redutora da conta "Clientes", contempla a totalidade dos créditos em aberto vencidos há mais de 5 (cinco) anos, ou seja, vencidos no período de 1992 até 31/12/2012. Nota 19 - Outras Receitas e Despesas

### 9. Realizável a Longo Prazo - Imóveis Destinados a Venda

Dos imóveis transferidos em 22 de dezembro de 2000, por meio de Instrumento Particular de Cessão de Direitos Pessoais e Reais da extinta Companhia Paulista de Ativos - CPA para a CPOS, a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, o saldo remanescente é de R\$ 15.753 mil classificado em Imóveis Destinados a Venda. Desse montante R\$ 6.206 mil foram integralizados ao capital (Nota 15 - Capital Social) e R\$ 9.547 mil permanecem na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Nota 16). A essa rubrica se aplica as NBC TG 31 (R4) - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada e NBC TG 01 (R4) - Redução ao valor recuperável de ativos.

	Reserva de Capital	Capital Social	Total
<b>Imóveis Destinados a Venda</b>			
Imóvel - Av da Saudade Campinas.....	4.312	4.312	
Imóvel - Pe. Camargo Lacerda - Campinas.....	174	174	
Imóvel - Rua Lidgerwood - Campinas.....	846	846	
Imóvel - Av. Pres. Wilson - São Paulo.....	874	874	
Imóvel - Profª Zenita A. Nogueira - Bauru 2.....	5.843	5.843	
Imóvel - Profª Zenita A. Nogueira - Bauru 1.....	2.349	2.349	
Redução ao valor recuperável em 2011.....	(395)	(395)	
Imóvel - Rio Claro.....	1.750	1.750	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b> .....	<b>9.547</b>	<b>6.206</b>	<b>15.753</b>

### 10. Investimento

O valor de R\$ 1.987 mil, na rubrica "Propriedade para Investimento", desde 2015, refere-se ao remanescente do imóvel de Cubatão, à qual foi aplicada a NBC TG 28 (R4) - Propriedade para Investimento.

O valor de R\$ 4.928 mil, consignado na rubrica "Outros Investimentos", em 2005, refere-se a ações da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ.

### 11. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	2018	2017
Terrenos.....	-	11.167	11.167
Edificações.....	4%	2.364	2.854
Móveis, utensílios e equipamentos ...	10%	2.014	1.737
Instalações - escritório.....	10%	519	522
Veículos.....	20%	515	515
Computadores e periféricos.....	20%	4.822	5.882
Equipamentos Telefônicos.....	10%	148	151
		<b>21.549</b>	<b>22.828</b>
		<b>(7.682)</b>	<b>(8.546)</b>
		<b>13.867</b>	<b>14.282</b>

(-) Depreciação acumulada

### 12. Intangível

Ao Ativo Intangível foi aplicado a NBC TG 4 (R4) - Ativo Intangível e o montante de R\$ 224 mil refere-se a software.

### 13. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As Contingências foram aplicados os regramentos da NBC TG 25 (R2) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A CPOS é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. A administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona integralmente os processos cujo risco de perda seja classificado como provável e os passivos contingentes avaliados com risco de perda possível não são reconhecidos nas demonstrações contábeis.

	2018	2017
<b>Risco de perda provável</b>		
Processos judiciais cíveis.....	5.665	5.711
Processos judiciais tributários.....	610	581
Processos judiciais trabalhistas.....	730	1.260
<b>Provisão de Contingências</b> .....	<b>7.005</b>	<b>7.552</b>

### Risco de perda possível

	2018	2017
Processos judiciais cíveis.....	108.721	99.323
Processos judiciais tributários.....	8	1.532
Processo administrativo de natureza tributária.....	19.365	19.365
Processos judiciais trabalhistas.....	3.948	4.766
<b>Passivos Contingentes</b> .....	<b>132.042</b>	<b>124.986</b>

Nas contas de Veículos, Computadores e periféricos, Terrenos e Beneficiárias do Ativo Imobilizado (Nota 11) e Imóveis destinados a venda do Ativo Realizável a Longo Prazo (Nota 9) constam bens penhorados em processos fiscais, cíveis e trabalhistas em que a CPOS é parte, no montante de R\$ 12.365 mil.

Com base nas informações dos consultores jurídicos, os ativos contingentes que representam provável entrada de benefícios econômicos na Companhia são representados por cinco processos judiciais de natureza cível, no montante de R\$ 1.945 mil, que não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que poderão não ser realizados.

À luz do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, porém, adotando o critério do CPC 25, no tocante aos Ativos Contingentes, a CPOS divulga o montante de Indenizações - Serviços Prestados sem Cobertura Contratual de 2012 a 2018, cujos valores foram apurados nos termos dos Decretos Estaduais nº 40.177, de 07/07/1995 e nº 53.334, de 19/08/2008: Secretaria de Administração Penitenciária (Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Metropolitana de São Paulo) R\$ 203 mil, Centro Paula Souza - CPS R\$ 132 mil, Secretaria da Cultura e Economia Criativa R\$ 1.768 mil, Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE R\$ 2.164 mil, Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo - DETRAN R\$ 739 mil, Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE R\$ 938 mil, Secretaria da Justiça e Cidadania R\$ 2.664 mil, Secretaria de Administração Penitenciária - SAP R\$ 24.027 mil, Secretaria de Administração Penitenciária (Gabinete do Secretário e Assessorias) - SAP-GSA R\$ 6.240 mil, Secretaria de Esportes R\$ 394 mil e Superintendência da Polícia Técnico-Científica R\$ 643 mil - Total R\$ 39.912 mil.

### 14. Base de Cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 31 de dezembro de 2018, o prejuízo fiscal da Companhia é de R\$ 71.313 mil (R\$59.481 mil em 2017) e a base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, também, é de R\$ 71.313 mil (R\$ 59.481 mil em 2017).

### 15. Capital Social

O capital social autorizado é de R\$ 249.656 mil, conforme estabelecido no parágrafo único do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia. O capital social, subscrito e integralizado, no montante de R\$ 88.645 mil é representado por 22.333.330.314 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

	Nº de Ações	Valor R\$	%
<b>Composição Acionária</b>			
Fazenda do Estado.....	22.328.599.302	88.624.049,34	99,9761
Prodesp.....	4.731.000	21.221,69	0,0239
Tesouraria.....	12	0,12	0,0000
<b>Total</b> .....	<b>22.333.330.314</b>	<b>88.645.271,15</b>	<b>100,0000</b>

### 16. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Essa rubrica refere-se aos imóveis transferidos da extinta Companhia Paulista de Ativos - CPA, sendo que R\$ 9.547 mil (Nota





# COMPANHIA PAULISTA DE OBRAS E SERVIÇOS - CPOS

CNPJ/MF 67.102.020/0001-44

COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO



## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

O saldo de R\$ 9.914 mil refere-se ao saldo do imóvel de Cubatão na conta Ajustes de avaliação patrimonial – Propriedade para Investimento no valor de R\$ 1.948 mil e ao valor líquido do imóvel da Tangará na conta Ajustes de avaliação patrimonial - Ativo Imobilizado no valor de R\$ 7.966 mil.

### 18. Prejuízos Acumulados - Ajustes de Exercícios Anteriores

Ao saldo de prejuízos acumulados de 31/12/2017, (R\$ 30.660 mil), foram agregados ajustes de exercícios anteriores, sendo: R\$ 2.140 mil relativo à receita líquida de 2013 até 2017 – CPC 47 e (R\$ 1.557 mil) relacionado ao parcelamento de INSS referente diferença de GILRAT apurada de 2013 até 2016. Foram agregados, também, o valor de R\$ 55 mil referente transferência de depreciação em relação ao ajuste de avaliação do imobilizado e o prejuízo do exercício de 2018, no valor de (R\$ 13.154 mil), resultando no saldo de prejuízos acumulados de R\$ 43.176 mil em 31/12/2018, conforme Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido - DMPL.

### 19. Outras Receitas e Despesas

A despesa de provisão para Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD teve a variação mais expressiva desse grupo de contas, considerando que foi provisionada a totalidade dos créditos

em aberto vencidos há mais de 5 (cinco) anos, nos termos da Nota 8 - Realizável a Longo Prazo - Clientes e Provisão para Perdas.

Descrição	2018	2017	Variação
Despesas Recuperadas .....	685	4.229	-84%
Aluguéis .....	220	209	5%
Outras Receitas .....	17	0	-
Provisão para Perda - Clientes .....	-7.050	-1.007	600%
Provisão para Perda - Diversos a Receber .....	-855	0	-
Reversão de Provisão - Clientes .....	-381	0	-
Restituição para Terceiros .....	-622	0	-
Reversão de Provisão - Fornecedores .....	1.045	0	-
Ajuste de Despesa - ND a Faturar .....	272	0	-
<b>Total .....</b>	<b>-6.669</b>	<b>3.432</b>	<b>-276%</b>

### 20. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Companhia elabora a Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC pelo método direto. Sendo assim, de forma a atender ao disposto na NBC TG 03 (R3) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, do Conselho Federal de Contabilidade, apresentamos, a seguir, a conciliação entre o resultado do exercício e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais.

	R\$ mil	R\$ mil
fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	2018	2017
<b>Resultado do exercício antes do IRPJ e CSLL</b> .....	<b>-13.154</b>	<b>3.283</b>
Ajustes para conciliar o resultado com o valor do caixa líquido gerado (aplicado)		
Depreciação e Amortização .....	801	927
Resultado na venda (baixa) de ativos permanentes .....	2	0
Ajuste de exercícios anteriores .....	583	0
Variações nas contas dos ativos e passivos (operacionais)		
(Aumento) Redução em contas a receber .....	-2.009	-1.287
(Aumento) Redução nos estoques .....	24	63
(Aumento) Redução nas despesas antecipadas .....	142	19
Aumento (Redução) em fornecedores e contas a pagar .....	1.636	-1.993
Aumento (Redução) na provisão para devedores duvidosos .....	7.050	1.008
Aumento (Redução) na provisão para férias .....	558	-113
Aumento (Redução) na provisão para contingências .....	-547	-1.049
IRPJ e CSLL .....	0	-767
<b>Total dos Ajustes .....</b>	<b>8.240</b>	<b>-3.192</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais .....</b>	<b>-4.914</b>	<b>91</b>

### Conselho de Administração

Jaime Alves de Freitas

Presidente do Conselho de Administração

Nelson Antônio de Souza

Claudia Maria Mendes de Almeida Pedrozo

Maria Tereza Romanini Vendramini

Haroldo Corrêa Rocha

João Abukater Neto

Paulo Alves Pereira

Jorge Damião de Almeida

### Diretoria

Nelson Antônio de Souza

Diretor-Presidente

Arley Ayres

Diretor Administrativo e Financeiro

Cely Mantovani

Diretora de Serviços

Pedro Pereira Evangelista

Diretor de Engenharia

### Conselho Fiscal

Claudia Bice Romano

Gustavo Costa Bernardo

Priscila Helena Franco

Vivian Satiro

Yukimi Nagata

### Contadora

Mônica Martins de Araujo

CRC nº 1SP163880/O-7

## Relatório dos Auditores Independentes

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas  
Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS - São Paulo - SP

### Opinião sem ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis descritas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião sem ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório sem modificação em 08 de março de 2018.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o referido relatório e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na

auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e

suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos e circunstâncias que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis inclusive as divulgações e se essas demonstrações representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de março de 2019

LOUDON BLOMQUIST

AUDITORES INDEPENDENTES - CRC- RJ-000064/O-7 T SP

Sérgio dos Santos Gonçalves - Contador

CRC-1RJ 056082/O-3 - "S" - SP - CNAI nº 4300

### Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame do Relatório da Administração, das Demonstrações Contábeis e das Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, aprovadas

em Reunião de Diretoria em 7 de março de 2019 e, com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando, também, o Relatório dos Auditores Independentes - Loudon Blomquist Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, sem ressalvas, datado de 7 de março de 2019, concluíram

que os documentos acima, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, e, em condições de serem submetidos à deliberação dos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 11 de março de 2019

Conselheiros Fiscais.



## magazineluiza = Magazine Luiza S.A. =

vem de fazer

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 47.960.950/0001-21 - NIRE 35.3.0010481.1

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração

Realizada em 31 de Julho de 2017

**Data, Hora e Local:** Aos 31 (trinta e um) dias do mês de julho de 2017, às 10:00 horas, na sala de reuniões do Escritório de Negócios São Paulo, localizado na Rua Amazonas da Silva, nº 27, Vila Guilherme, São Paulo-SP ("Companhia"). **Convocação e Presenças:** Convocados os membros do Conselho de Administração, na forma do Estatuto Social da Companhia, sendo registrada a presença totalidade dos membros. Conselheiros presentes: Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues, Marcelo José Ferreira e Silva, José Antônio Palamoni, Carlos Renato Donzelli, Inês Corrêa de Souza, José Paschoal Rossetti e Betânia Tanure de Barros. **Composição da Mesa:** Sra. Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues, na qualidade de Presidente e Sr. Carlos Renato Donzelli, na qualidade de Secretário. **Deliberações Tomadas por Unanimidade:** Pela unanimidade dos votos dos membros do Conselho de Administração presentes, foram tomadas as seguintes deliberações, sem reservas ou ressalvas: **Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao 2º (segundo) trimestre de 2017:** Os membros do Conselho de Administração manifestaram-se favoravelmente sobre o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao 2º (segundo) trimestre de 2017. Os membros do Conselho de Administração autorizaram a divulgação das Demonstrações Financeiras mediante a remessa à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e à BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. **Encerramento:** Foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada na forma do Estatuto Social, vai assinada pelos Conselheiros presentes. Conselheiros presentes: Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues; Marcelo José Ferreira e Silva; José Antônio Palamoni; Carlos Renato Donzelli; Inês Corrêa de Souza; José Paschoal Rossetti e Betânia Tanure de Barros. São Paulo/SP, 31 de julho de 2017. Certifico que o presente documento é o extrato da ata lavrada em livro próprio, com a transcrição das deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 142, da Lei 6.404/76. São Paulo/SP, 31 de julho de 2017. **Carlos Renato Donzelli** - Secretário. **Lélio Marcos Rodrigues Bertoni** - OAB/SP 258.194. **JUCESP** nº 377.075/17-6 em 16/08/2017. Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.

## Supplier Companhia

### Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ/MF nº 03.639.563/0001-12 - NIRE 35.300.349.571

Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 05/01/2019

**Data, Hora e Local:** 05/01/2019, às 14 horas, na sede social, Avenida Paulista, 1.728, 13º andar, parte, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Mauro Wulkan - Presidente, Eduardo Wagner - Secretário. **Deliberações Aprovadas por Unanimidade:** (i) aprovar a redução do capital social da Companhia em R\$ 4.000.000,00, na data base de 17/12/2018, passando de R\$ 55.121.000,00, representados por 62.196.144 ações ordinárias nominativas, para R\$ 51.121.000,00, sem alteração do número de ações. A redução do capital social é feita por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Companhia, conforme faculta o artigo 173 da Lei das S.A., com restituição à sua acionista **Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A.**, em moeda corrente nacional. Os acionistas determinaram à Administração que tome as devidas providências para esta retificação. (ii) em função da deliberação acima e tendo em vista que os Acionistas deliberaram em Assembleia Geral Extraordinária de 02/01/2019 uma redução de R\$ 4.500.000,00, mas a redução do capital social seria de apenas R\$ 2.000.000,00, os Acionistas retificam a deliberação tomada na referida Assembleia Geral Extraordinária de 02/01/2019 para constar que o capital social passará de R\$ 51.121.000,00, representados por 62.196.144 ações ordinárias nominativas, para R\$ 49.121.000,00, sem alteração do número de ações. A redução do capital social é feita por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Companhia, conforme faculta o artigo 173 da Lei das S.A., com restituição à sua acionista **Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A.**, em moeda corrente nacional. Os acionistas determinaram à Administração que tomem as devidas providências para esta retificação. (iii) Em virtude da redução do capital social retificado acima, aprovar a reforma do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar da seguinte forma: "Artigo 5º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 49.121.000,00, dividido em 62.196.144 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal." (iii) Consolidar o Estatuto Social. **Encerramento:** Nada mais, lavrou-se a ata. São Paulo, 05/01/2019. **Acionistas:** Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A. por Mauro Wulkan e Eduardo Wagner, e Ralph Ezra Bigio. São Paulo, 05/01/2019. **Mauro Wulkan** - Presidente, **Eduardo Wagner** - Secretário.

## Odebrecht Rodovias S.A.

CNPJ/MF 21.626.030/0001-88 - NIRE 35.300.474.287

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração

realizada em 28 de janeiro de 2019

**Dia, Hora e Local:** Em 28 de janeiro de 2019, às 20:00 horas, realizada na sede da Odebrecht Rodovias S.A. ("Companhia"), na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 8º Andar, Parte I, Butantã, CEP 05501-050, São Paulo-SP. **Presença:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Juliana Sá Vieira Baiardi - Presidente; Marcelo Fogaça Cristante - Secretário. **Ordem do Dia: I) Matérias para deliberação:** Após a devida análise da Proposta de Deliberação ("PD"), cuja cópia e documentos conexos foram encaminhados previamente para conhecimento dos Conselheiros e permanecerão arquivados na sede da Companhia, os Conselheiros presentes, por unanimidade de votos, aprovaram, nos seus exatos termos e condições, a **PD.CA.ODB Rodovias 02/19 - Odebrecht Rodovias S.A. ("ODB Rodovias" ou "Vendedora") - Alienação de participação acionária diretamente detida pela ODB Rodovias na Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("CRB" ou "Companhia") ("Transação")**, com a consequente aprovação, condicionada à aprovação dos acionistas minoritários da Odebrecht Transport S.A., (i) da alienação, para a Farallon Capital Management, de 85% (oitenta e cinco por cento) da participação acionária diretamente detida pela ODB Rodovias na CRB; bem como (ii) autorização para que a Diretoria da Companhia tome todas as medidas necessárias para a efetivação das deliberações aqui consubstanciadas, incluindo, mas não se limitando, a celebração de quaisquer documentos que se façam necessários nesse sentido. **II) Matérias para conhecimento:** Nada a registrar. **III) Matérias de Interesse da Companhia:** Nada a registrar. **IV) Encerramento da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, a qual lida, discutida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 28 de janeiro de 2019. **Mesa:** Juliana Sá Vieira Baiardi - Presidente; Marcelo Fogaça Cristante - Secretário. **Conselheiros:** Juliana Sá Vieira Baiardi, Rodrigo Barbosa Veloso, Hugo Gonçalves Vieira de Assunção, Adriano Chaves Jucá Rolim, Josimá Matos Guimarães. Certifico e dou fé que esta ata é uma cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. São Paulo/SP, 28 de janeiro de 2019. **Marcelo Fogaça Cristante** - Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 136.607/19-6 em 08/03/2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.